
4 O LIVRO ACADÊMICO DIGITAL COMO INSTRUMENTO DA DIFUSÃO SOCIAL DO CONHECIMENTO

Arnaud Soares de Lima Jr.

Doutor em Educação pela Universidade Federal da Bahia - UFBA. Psicanalista do Instituto Freudiano e Clínica Psicanalítica - (IFCP) / UNEB. Professor Pleno da UNEB.

E-mail: soares.arnaud@gmail.com

Djalma Fiuza Almeida

Doutor em Educação e Contemporaneidade pelo Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEDUC-UNEB). Professor do DCET I - UNEB.

E-mail: djalmafiuza@gmail.com

Fabiano Viana Oliveira

Doutorando em Educação e Contemporaneidade do Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEDUC-UNEB) - DEDC / Campus I / Universidade do Estado da Bahia - UNEB.

E-mail: faviana@uneb.br

RESUMO

O texto problematiza o papel do sujeito no processo instrumental do livro acadêmico digital, de uma editora universitária pública, como potencial para a difusão social do conhecimento. Descreve e analisa o que caracteriza o livro acadêmico digital, desde a adoção do livro digital pelo mercado editorial, bem como o que se inscreve no ambiente institucional e nas relações de poder, com fins ideológicos específicos, mas que resulta em alguma medida do desejo e do posicionamento do sujeito, tanto em sua inserção política, quanto, sobretudo, em sua escolha e posicionamento subjetivos e singulares. Articula-se tal empreitada à escassez de trabalhos nessa direção. Para tanto, fundamenta-se a argumentação por meio da revisão bibliográfica que trata dos respectivos temas a partir de uma abordagem analítica qualitativa e reflexiva. Colocando em questão os elementos descritos através da confrontação com proposições de base conceitual, mas que pode ser subvertida a partir de entradas do saber subjetivo que leva aos resultados conceituais do artigo. Esta abordagem se constitui no ambiente tácito da pesquisa, que mesmo sendo teórica tem na descrição da realidade uma tomada de partida da realidade, que se trata de uma expressão institucionalizada, enquanto ambiente formal do conhecimento ali possível de ser disponibilizado.

Palavras-chave: Livro digital. Difusão social do conhecimento. Subjetivação.

ABSTRACT

The text questions the role of the subject in the instrumental process of the digital academic book, from a public university press, as a potential for the social diffusion of knowledge, emphasizing the uniqueness of the subjects. It describes and analyzes what characterizes the digital academic book, since the adoption of the digital book by the publishing market, as well as what is inscribed in the institutional environment and in power relations, with specific ideological ends, but which results in some measure of desire and the positioning of the subject, both in his political insertion and, above all, in his subjective and singular choice and positioning. This endeavor is linked to the scarcity of works in this direction. Therefore, the argument is based on a bibliographic review that deals with the respective themes from a qualitative and reflective analytical approach. Questioning the elements described through the confrontation with propositions of conceptual basis, but which can be subverted from inputs of subjective knowledge that drives to the article conclusion. This approach constitutes the tacit environment of the research, which, despite being theoretical, has in the description of reality a starting point of reality, which is an institutionalized expression, as a formal environment of knowledge that can be made available there.

Keywords: Digital book. Social diffusion of knowledge. Subjectivation.

4.1 INTRODUÇÃO

Muito se tem falado sobre o impacto do livro digital para a indústria e mercado editorial, em específico quando se fala de livros acadêmicos digitais. Reconhecemos que o livro acadêmico digital é um instrumento de difusão do conhecimento que depende de sua adoção ou não como suporte do produto livro digital no mercado editorial. Com o objetivo de descrever analiticamente o que caracteriza o livro acadêmico digital de uma editora universitária, e não sendo uma análise da adoção do livro digital pelo mercado editorial, demarcamos assim o que é o livro acadêmico digital, especialmente no conceito acadêmico, que envolve um ambiente institucional e de relações de poder, com uma “apropriação política intencional” da tecnologia para atingir fins específicos (LIMA JR, 2009, p. 27), que reflete em como tal tecnologia aponta para o sujeito tanto em sua inserção política quanto em relação a sua singularidade, o que tem ficado de fora das reflexões críticas, marcadamente de natureza comportamental e econômica, exclusivamente.

Os sujeitos da convivência em uma editora universitária: professores, autores, designers, editores e leitores, são fontes descritivas, pois são os sujeitos e suas elaborações de onde começamos a reflexão. No caso em específico da editora pesquisada, percebeu-se que os sujeitos dessa convivência é que moldam a identidade própria (singularidade) da editora e que reflete no modo como resulta seu funcionamento no que diz respeito às formas como tem sido dirigida até o momento; no encaminhamento dos processos burocráticos pelas profissionais que conduzem e direcionam os processos de abertura de editais, seleção de pareceristas, avaliação pelos mesmos e pelo conselho editorial, revisões e publicação dos seus títulos; no clima organizacional presente no setor onde os livros são diagramados e transformados em produto pelos revisores e designers, cujas criações estéticas transparecem nos projetos gráficos/digitais de cada título diferente; e na gestão do setor de comunicação e comercialização, no qual é preciso lidar com os professores autores (especialmente durante o período de lançamento dos livros), alunos estudantes pesquisadores e sujeitos de diversos setores da universidade.

Tal vivência se constitui no ambiente tácito da pesquisa, que mesmo sendo teórica tem na descrição da realidade uma tomada de partida da realidade, que se trata de uma expressão institucionalizada, enquanto ambiente formal do conhecimento ali possível de ser disponibilizado. A descrição, aqui, metodologicamente, cumpre a função de narrar o máximo possível dos acontecimentos característicos dessa expressão editorial universitária específica e, de certa forma, única.

Assim, enquanto instrumentalizado numa base epistemológica de referência, e/ou num tipo de conhecimento e seu campo lógico-pragmático, o aspecto analítico que incide sobre a descrição se refere ao uso de indagações problematizadoras a respeito das afirmações iniciais para se questionar a possível validade do que foi apresentado, ou imprimindo uma interpretação à luz de um conhecimento legitimado por um campo político-ideológico de produção de sentido que tem pretensão academicista. O fundamental é que qualquer suporte simbólico, dentro de qualquer acordo pragmático, o que é inerente também ao contexto editorial e acadêmico, assinala a incompletude constitutiva, de forma que toda resposta é da ordem da relatividade, da abertura e do dinamismo, como efeito do estatuto do sujeito enquanto ser de linguagem (LIMA JR; ALMEIDA, 2019). Logo, uma visada descritivo-analítica expõe um esforço interpretativo, colocando em questão os elementos descritos através da confrontação com proposições de base conceitual, mas que pode ser subvertida a partir de entradas ou furos do saber subjetivo que sempre se inscreve aí, para além das pretensões e proibições tecnocientíficas.

4.2 DESENVOLVIMENTO

Em um primeiro aspecto descritivo sobre o livro acadêmico digital de uma editora universitária, o mesmo se enquadra na categoria de arquivo digital como suporte de escrita/leitura. Além desse suporte digital, as editoras produzem também, é claro, o livro impresso, que muitas vezes fica armazenado por longos períodos nos estoques. Algo que pode hoje ser facilmente evitado com a disponibilização digital dos livros, a impressão de tiragens mais modestas ou sob demanda e uma seleção mais criteriosa dos títulos lançados, reforçando inclusive a missão estratégica da editora de publicar a produção acadêmica da universidade e disseminar um conhecimento que seja relevante e que tenha como objetivo (ou pretensão) a construção de uma sociedade com sujeitos mais instruídos e críticos.

Isso, tendo em vista uma perspectiva crítica de democratização do acesso ao conhecimento, refere-se ao duplo movimento de democratização do acesso em si e da democratização da qualidade – qual conteúdo é socializado? Que versão ideológica assume? A quem interessa e pode instrumentalizar? Quais os efeitos de sua apropriação enquanto real melhoria da condição geral da vida, distribuição equitativa de capital, bens e de riquezas, bem como de transformação do modo de produção e das relações de poder do processo social do trabalho, como suposto desde as obras de Karl Marx (1987), por exemplo. Nem colocamos aqui outro ponto fundamental que seria a compreensão desses processos pela entrada subjetiva, para a qual o que importa é seu estatuto de significante do sujeito, de forma que a questão da

alienação/desalienação do sujeito não pode não se dar pela sua implicação ontológica, tudo o mais sendo efeito desse cerne da questão.

Tendo isso em mente, Ferreira (2016, p. 64-65) ajuda a lembrar da importância do livro impresso num certo momento histórico, quando a produção de livros se tornou mais rápida devido à invenção de Gutenberg, a impressão com tipos móveis, que ajudou a disseminar rapidamente o livro pela Europa, pois antes, quando eram feitos de maneira artesanal demoravam muito para serem feitos e em pouca quantidade. Porém a pretensão de democratização do acesso raramente coincide ou é acompanhada pela inovação instrumental dos processo produtivo. Um exemplo evidente é a padronização e homogeneização que se impõe à coisa digital, sobre a qual se afirmava uma vanguarda de mudanças por sua possibilidade de ser transformada e modificada a partir do uso/destino dado pelos usuários, numa forma rizomática e anárquica de não-controle, mas, pelo exposto, vê-se que há um processo ideológico de funcionalização (GRAMSCI, 1991) e de alienação capitalista das instituições e, dentro delas, dos sujeitos, destinados ao arrasamento, ou mesmo à morte.

As escolhas editoriais no que se refere ao livro digital começam apenas com o pensamento sobre a plataforma de leitura, isto é, o suporte para leitor digital. Esta conversão inicial traz somente o uso do texto produzido sob um aparentemente novo formato, mas na verdade apenas mudando o meio de visualização. Quando os primeiros livros digitais começaram a ser comercializados, a lógica era a do mercado editorial impresso, logo supondo que as pessoas pagariam para ter os arquivos digitais para alimentar seus leitores. Mas logo se viu que o público disposto a fazer isso com frequência era reduzido. Estes editores não viram que a natureza dessa tecnologia podia ampliar a circulação dos livros, independentemente de seu sucesso comercial ou não. A razão disso poder ocorrer está no fato de o livro digital ser facilmente compartilhado entre leitores potenciais pelas vias digitais, sem a necessidade da acumulação física de volumes inerente ao livro impresso.

Neste sentido, há uma preocupação meramente mercadológica, de consumo que, no fundo é empresarial, ou seja, é balizada pelo Capital. Assim, funções críticas, reflexivas, formativas, conscientizadoras, até então relacionadas com a cultura letrada, encarnada na função social do livro, parece entrar em crise profunda e, de alguma forma, isto é percebido pelo “público” que não responde aos apelos propagandísticos editoriais e estratégias comerciais a contento.

O desenvolvimento de tecnologias mais interativas para aprimorar as propostas iniciais sobre o livro digital, como apenas uma versão em bits dos livros impressos, pode até aprimorar o processo de criação do livro digital no geral, mas este por enquanto não é o foco das editoras

universitárias, que focam mais em quem produz e como produz e menos sobre o que é produzido e a quem se destina.

Justifica-se politicamente essa adoção do formato por parte das universidades e de suas editoras, já que parece ser uma tendência de preferência dos usuários. Esse uso previsto das tecnologias digitais para a aprendizagem (LIMA JR; CUNHA, 2010, p. 269) que já começa a apontar para o sujeito e não para a tecnologia em si. Transparece também o vínculo desse tipo de tecnologia com o que Lima Jr (2012, p.43) chama de instrumentalização racional da ciência para o uso na sociedade capitalista industrial, que também compõe o nosso contexto vivido. Fica perceptível uma crítica sobre os usos dessas tecnologias para fins de reprodução instrumental da realidade social, o que inevitavelmente acarreta o encolhimento do sujeito, que tende a ser mais uma peça na engrenagem do sistema, mas potencialmente sendo o agente determinante do sentido subjetivo dessas mesmas tecnologias. Por outro lado, o “sujeito” não se restringe ao conceito, mas é um significante. O estatuto do sujeito não se exaure nas modalidades sujeito social, sujeito político, etc., mas todas essas expressões são efeitos da condição do sujeito como singularidade.

Reforçando o empenho instrumental propagador das editoras universitárias, temos que os livros eletrônicos podem potencializar a publicação acadêmica e ser uma alternativa ao declínio das edições universitárias de livros impressos, o que se deve observar com certa preocupação nestes últimos tempos; sem que para isso houvesse uma substituição de um pelo outro, apenas como um suplemento, e não substituição, dos textos impressos. Não fica evidente os resultados desta expectativa. Se for no sentido comercial, não parece ser algo tão relevante para a permanência do mesmo.

As mudanças de tecnologias na área da produção editorial, transitando do livro impresso para o livro digital, vêm causando um período de transição quanto ao uso ou aplicação de livros nos mais diversos contextos. Tal fato se deve em primeiro lugar a adesão por parte do setor produtivo do livro aos novos processos resultantes do desenvolvimento do design digital, porém quando se chega ao consumo do livro por parte dos leitores, a escolha inerente por parte destes é de natureza subjetiva e por isso não parece ser possível uma rápida mudança nos hábitos de manuseio do objeto livro. Podemos imaginar a convivência entre formatos até enquanto as pessoas desejarem. Além disso, muito se especulou que os processos de digitalização tornariam os livros mais acessíveis, pois com a produção digital o livro (primeiro o impresso e depois o digital) se tornaria mais barato; o que fez muitos entusiastas sonharem com a livre disseminação do livro e da leitura.

Este processo ilustra como estão surgindo novas frentes de trabalhos, novas profissões, em razão da mudança que se processou na natureza do trabalho, com o conhecimento se tornando força produtiva, tornando-se “infraestrutura de produção” (SCHAFF, 2002). Este processo, portanto, não se dá isolado e nem independente de processo mais amplo de na natureza social, econômica, político e cultural, no bojo do histórico e tradicional processo da luta de classes entre o grande proletariado e os donos do capital, localizado também no contexto da globalização da economia e do avanço neoliberal. Logo, todos os processos relacionados com a produção de livros e do seu consumo, em quaisquer dos seus suportes, sua relação com a problemática da difusão social do conhecimento, que assumidamente se desenvolveu enquanto uma abordagem crítica (LIMA JR; CUNHA, 2010), precisam e podem ser vistos dentro deste contexto e desta conjuntura, a fim de que não se recaia em mais uma alienação.

Outro ponto, que assinala uma diferenciação, tem relação com a questão fundamental do livro colocada por Derrida (2004): a instituição social do livro marca um modo hegemônico de se lidar com a linguagem enquanto escrita, cujo maior alcance está no ponto em que ela se mostra como escritura, singularização de sentido criada por um determinado sujeito (DERRIDA, 2002). Por extensão, é a mesma questão fundamental quanto à autoria e à função leitor. Por sua vez, ainda, isso remete ao dinamismo subjetivo de como um determinado sujeito, por sua estrutura psíquica e seu saber-ser, responde ao apelo do simbólico. Não nos parece que este ponto central mude em consequência de mudanças técnicas e materiais nos suportes do livro, bem como que este grau de problematização esteja contemplado na pretensa mudança do livro digital acadêmico, ou seja dentro dos diferentes acordos de legitimação sociocultural da formalização textual (LIMA JR, 2021).

Sobre o processo de produção de um livro acadêmico digital, dentro da política da editora, em primeiro lugar o manuscrito original é submetido pelo autor ou organizador mediante abertura de edital de publicação. Esta submissão exige um processo anterior de transformação do texto de origem, geralmente dissertações de mestrado e teses de doutorado, em um formato textual mais palatável ao gosto de um suposto leitor leigo, em oposição ao leitor acadêmico profissional que lê dissertações e teses em seus formatos originais para avaliação e titulação.

Depois, em segundo lugar, o texto submetido passa pela avaliação de pareceristas e aprovação do Conselho Editorial. Esta avaliação, quando atrelada a uma aprovação para publicação, geralmente já apresenta indicação de novas mudanças no texto. Autores ou organizadores são informados da aprovação para publicação e assim o texto original começa o processo de ser transformado em livro através de múltiplas revisões. Um contrato de edição é

assinado e nele já é informado que após seis meses do livro impresso ser lançado, a versão digital ficará disponível no repositório online da universidade, que tem acesso público via Internet. Tal procedimento visa garantir que a obra de cunho acadêmico atinja o potencial máximo de circulação, realizando assim uma das missões da editora universitária que é a disseminação do conhecimento produzido pela própria universidade.

Podemos notar que há uma vinculação entre a disponibilização do arquivo digital no ambiente público da Internet com a realização de um objetivo organizacional de disseminar o conhecimento. Tal proposição nos faz questionar o quanto tal objetivo seja realizado realmente, pois a expressão disseminação do conhecimento é assumida como autoexplicativa e assim fica faltando por parte dos sujeitos envolvidos uma melhor compreensão da mesma.

Há também um engodo ideológico nessa pretensão pragmática: um texto, estruturado sob uma lógica e formalística qualquer, não é da ordem da completude, de modo que possa ser “palatável” a todos como um mecanismo automático. Todo texto assinala uma incompletude, um corte, um limite, de forma que sua compreensão e apropriação dependem de um processo de consignação baseado no saber do leitor, tratando-se, portanto, de um ato de consignação simbólica aquilo que dinamiza o sentido e a variação de sentido de/a partir de um texto (LIMA JR, 2021). Deriva, pois, que estes ajustes superficiais revisionistas do trabalho de editoração não garantem a generalização e uniformização de sentido de um determinado texto. Neste sentido, nunca é demais retomar a base habermasiana (HABERMAS, 2007): Ciência e Tecnologia são ideológicas. Logo, a tese aqui exposta consiste em propor que a difusão social do conhecimento não pode prescindir da ação do sujeito. E isso tem um alcance e um momento que se apresenta em dinamismos sociais, culturais, econômicos, pragmáticos, etc, mas todos repousam na base desse fundamento.

Ao entender tal processo de disseminação como a parte mais técnica e instrumental de um processo maior que se vincula com a noção mais ampla de difusão social do conhecimento, vemos como possível que a ação da editora universitária também inclui já no modo como seleciona e avalia os títulos em seu acervo um projeto mais amplo de tornar difundido, além de disseminado, livros que estimulam conhecimentos de cunho progressista, científicos, acadêmicos - ou mais além, quando se trata de obra, bem como de uma editora aberta a outras modalidades de formalização, além da acadêmica, e que tomam como intencionalidade contribuir com a construção de uma sociedade mais justa, menos desigual e aberta à inclusão e à diferença. Contudo, como as editoras também estão inseridas num processo mais amplo de reconfiguração do capital e do mercado consumidor internacional, esta pretensão assume caráter político-ideológico e, como tal, sua efetividade depende de outros processos que

extrapolam o âmbito intrainstitucional e editorial. Reconhecemos assim a importante contribuição da perspectiva crítica da vertente da difusão social do conhecimento, conforme elaboram Lima Jr e Cunha (2010).

Ações pragmáticas que refletem apenas o aspecto técnico do livro, isto é, o mesmo como instrumento de comunicação e que simplesmente está sendo adaptado aos processos digitais em vigência na sociedade atual apontam para as escolhas ideológicas e intencionais dos sujeitos deste ambiente institucional.

A ideologia corrente sobre o livro acadêmico digital como instrumento de difusão social do conhecimento é reforçada pelas ações institucionalizadas de professores e alunos, que no papel de pesquisadores institucionais precisam (são requeridos a) publicar por seus programas universitários que precisam pontuar em plataformas governamentais que ajudam a justificar financiamentos de novas pesquisas. Assim, o elemento fundante de difusão social do conhecimento via leitura de livros acadêmicos digitais é substituído ou reduzido ao ato de estar publicado, isto é, disponível nos ambientes digitais chancelados: repositórios digitais universitários e/ou acervos de editoras universitárias que distribuem arquivos digitais para venda ou gratuitamente. Aqui, há também um processo de alienação, pois embora a normativa institucionalizada impulse a produtividade, por isto mesmo expõe um processo de pasteurização, como exímio modo de alienação, uma vez que é suposto haver desejo por parte dos sujeitos ao se inserirem e se vincularem a determinado campo e contexto institucionais e produtivos, sendo exatamente isto o que denuncia Foucault (1998) quando se refere à sujeição do sujeito na microfísica do poder. Ou seja, na prática, trata-se mais de um processo de gestão do conhecimento, no sentido mercantilista e capitalista e menos de um processo social de difusão do conhecimento. Trata-se mais de um processo de reprodução e assimilação do conhecimento e menos de um processo de apropriação crítica ou de produção de conhecimento.

Como exemplo dessa compreensão, temos as instituições macrossociais que influenciam o contexto de atuação tanto da editora universitária quanto dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, principais fontes dos conteúdos publicados por aquela. Dentre estas instituições estão a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), órgão governamental ligado ao Ministério da Educação, que rege os ditames do que é prioritário das pesquisas a serem realizadas, tendo em vista a produção do conhecimento, bem como sua propagação pelas instituições acadêmicas brasileiras. Mesmo com toda autonomia que pretensamente rege as universidades do país, o fomento e financiamento chancelados pela CAPES, como a concessão de bolsas de pesquisa e a manutenção de plataformas de dados diversos, acabam por influenciar muito as escolhas de universidades, editoras universitárias e

programas de pós-graduação *stricto sensu*, afetando no nível microsocial os sujeitos do cotidiano da vida acadêmica universitária; isto é, estudantes, professores, pesquisadores e servidores. E a própria CAPES termina por também ser influenciada por representações institucionais ainda maiores como o Estado e o Governo que o estiver controlando, as Leis que regulamentam a sociedade civil da qual a universidade também faz parte e o mercado, essa entidade abstrata que de maneira prosaica pode ser entendida como o conjunto de interesses combinados, mesmo que às vezes concorrentes, das pessoas que possuem riqueza no mundo em uma combinação desigual de forças com aqueles chamados de consumidores, que trabalham para sobreviver. Resta, também, explicitar que esse jogo de poder não se dá como uma força absoluta que opera do exterior para o interior dos sujeitos. Diferentemente, de modo proporcional à difusão que se dá no ato do sujeito, esta ideologia se mantém enquanto os sujeitos aí realizam seus discursos e ações. Alienar-se e se desalienar deriva da implicação subjetiva do sujeito, o que podemos supor estar relacionado com o microdinamismo assinalado por Foucault (1998).

Além disso, há todo um conjunto de escolhas políticas, ideológicas, econômicas e éticas no processo de escolha de um suporte para escrita e leitura, pois envolve as pretensões e vaidades de autores, organizadores e editores, e também os objetivos e políticas de editoras, conselhos e comunidades. O livro digital proporciona maior abrangência e cobertura na distribuição e alcance de público, torna-se mais barato e pode permitir outros elementos expressivos, migrando do conceito de livro digital estático para o de livro digital multimídia. Contudo, uma escolha de objeto não pode não ser subjetiva e, nesse sentido, ser impresso ou digital passa a ter estatuto de significantes subjetivos, sendo dessa instância que se pode operar qualquer desdobramento, com efeitos políticos, sociais, entre outras, impulsionados por esta instância subversiva que assinala o ato subjetivo.

Fica, pois, explicitado o potencial das editoras universitárias terem um papel na difusão social do conhecimento produzido nas universidades, pelo menos como uma pretensão ou objetivo a ser perseguido. Este papel, por sua vez, está ligado inevitavelmente às questões políticas e ideológicas inerentes à constituição dos conselhos editoriais e à atuação dos diversos profissionais que compõem uma Editora. Então, no máximo, visa-se ficar claro o modo como esta realiza a política de publicação e editoração de sua universidade, sendo esta pública. Também deve ficar claro sua forma de inserção, participação e concorrência na política nacional de editoração e publicação acadêmica e/ou comercial. Entretanto, ao se tratar de uma ideologia, nem tudo que atravessa e constitui tal processo é manifesto. Apenas destaca-se o que é de interesse do *status quo*, do que é prevalente enquanto hegemonicamente orientado.

O conselho, por exemplo, serve de filtro para identificação, validação e disseminação do que está autorizado a se tornar livro, mas suas decisões também vão refletir os desejos e interesses dos sujeitos que o compõe, podendo ou não responder minimamente ao que é esperado pela sociedade para a atuação das universidades e das editoras universitárias, especialmente as públicas, no sentido da ideologia dominante, mas que a todo momento pode ser subvertida pelo real do sujeito aí inscrito como parte integrante e integrada – novamente, podemos ver aí a visada foucaultiana.

4.3 AS RELAÇÕES DE MICROPODER NOS RELACIONAMENTOS ENTRE OS SUJEITOS DENTRO DO CONTEXTO EDITORIAL INSTITUCIONAL UNIVERSITÁRIO PÚBLICO

De um lado, a editora universitária é um ente coletivo inserido no espírito da academia, com um claro papel de propagador do conhecimento produzido na universidade; mas também é formada por sujeitos com agendas e interesses diversos, especialmente em se tratando dos membros dos conselhos editoriais, que representam tanto seus interesses pessoais, quanto os de seus departamentos dentro da universidade e de suas áreas de conhecimento. Assim, os aspectos de expressão de poder político e ideológico presentes nos processos editoriais podem ser interpretados a partir de como o processo de submissão acontece e passa pelas instâncias burocráticas da mesma, às quais todos estão submetidos, mas em níveis diferentes devido às hierarquias e as próprias relações de micropoder entre professores autores, organizadores, diretores de departamento, chefes de colegiado, membros dos conselhos e os servidores envolvidos. Isto explicita que a institucionalidade cumpre uma agenda política e de poder relacionada com o grupo social hegemônico, ao modo dos Aparelhos Ideológicos do Estado (ALTHUSSER, 1980).

De outro lado, a sujeição do lado da subjetividade não corresponde a uma passividade do sujeito, como se ele fosse um mero efeito das pretensões capitalistas e de suas formas de coerção real e simbólica. Nesse sentido, não se poderia conceber suas contradições, como o fez Marx e Engels (MARX, 1987). Portanto, nessas brechas das contradições, porque não são absolutas, ou seja, também não escapam à incompletude, cabe compreender que estar do lado da reprodução ou da transformação, é um posicionamento subjetivo, como um modo de ser que se consigna e consubstancia com estruturas postas nas relações humanas e sociais. Logo, ser crítico ou ser sujeitado resulta de uma escolha subjetiva, mesmo que, ou sobretudo, enquanto um dinamismo do inconsciente. Um terceiro lado da problemática é tomar idilicamente a coisa

acadêmica como sendo exclusiva e automaticamente crítica, ou neutra, quando desde os prelúdios do movimento crítico toda realidade institucional é funcionalizada e, portanto, contraditória (GRAMSCI, 1991).

Por isso levamos em conta o papel do conselho editorial da editora, formado por professores doutores, representando diferentes áreas do conhecimento e selecionados a partir de chamada pública via edital com posterior análise de currículo a partir de barema. Este conselho precisa emitir o aval final sobre os livros submetidos e os membros expressam os diversos critérios supostamente necessários para garantir a missão da editora universitária de propagar a produção do conhecimento acadêmico e científico da universidade, e que supomos que servem também para a pretensão de uma difusão social do conhecimento.

É claro que não se deve considerar esta como uma expressão isenta de tal missão da editora pelas escolhas realizadas pelo conselho, afinal este é formado por sujeitos com valores, desejos e interesses que são variados e muitas vezes em conflito uns com os outros. Além disso, questões políticas internas da vida universitária devem também ascender tanto no processo de seleção dos membros do conselho quanto no processo de seleção final dos livros a serem publicados. Há sem dúvida disputas de poder e contingências que precisam ser levadas em conta nas decisões finais. Estes dois elementos somente já podem dar pistas de como de fato o livro acadêmico digital pode ou não ser instrumento de uma difusão social do conhecimento, pois até certo ponto isso dependerá da intencionalidade assumida para esse processo, o que vale também para o livro impresso.

Com relação às disputas de poder, os sujeitos de áreas e afinidades predominantes poderão sempre se impor sobre as minorias. Mesmo que a proposta seja isonômica e democrática, os sujeitos tendem a seguir suas próprias agendas e negociar lateralmente com seus pares no momento de eleger os títulos mais viáveis ou interessantes para o grupo. O que termina por legitimar as decisões pelo agenciamento de poder dentro das estruturas da universidade.

E com relação às contingências, a editora tem anualmente um orçamento restrito (que vem sendo reduzido a cada ano) que permite a publicação de uma quantidade também restrita de livros impressos e que depois de lançados são convertidos para livros digitais. Assim, tal contingência de fundo financeiro e burocrático leva a necessidade de escolhas por parte do conselho editorial que ultrapassam as questões técnicas e imparciais da avaliação de originais, que como falado acima já sofre das tensões inerentes da lida com sujeitos com percepções e desejos diferentes.

A consequência inevitável dessas contingências e das percepções pessoais dos membros do Conselho é a possível negativa para obras originais que, apesar da possibilidade de uma contribuição para a difusão do conhecimento e que demandaria a sua publicação para estar disponível a um público mais amplo em formato de livro, primeiro impresso e depois digital, acabam não indo a público através da editora universitária. Tal negativa pode advir de algo prosaico como o fato de ter em seu miolo (parte interna do livro) muitas páginas com elementos que precisam ser impressos com cores, o que aumenta em muito o custo de produção do livro impresso. Muitas vezes, a negativa de um livro com tal demanda, permite que outros dois ou três possam ser produzidos com o mesmo custo. Parece um contra censo em se tratando de produção e difusão do conhecimento, mas a lógica de custo de produção industrial se torna premente já que a cultura do livro impresso nas editoras universitárias ainda é predominante, mesmo que aos poucos venha sendo questionada e suplantada pela prevalência do livro no formato digital. No fundo, prevalece a lógica da Gestão Estratégica do Conhecimento, que visa o novo tipo de exploração e alienação do trabalhador, nas relações sociais do trabalho, que incide sobre o seu potencial intelectual e criativo.

No aspecto político, a editora precisa cumprir a sua missão institucional de publicar a produção acadêmica científica da universidade. E como ideologicamente os autores e organizadores preferem o livro impresso como produto final a ser propagado na comunidade, o cumprimento da missão política da editora esbarra na questão do poder econômico, pois a produção do livro impresso exige mais recursos financeiros por parte do orçamento da universidade, que, por sua vez, está submetido ao orçamento público do Estado.

E mesmo que a produção passasse a ser predominantemente de livros digitais, podemos afirmar que neste momento muitas editoras não têm como hospedar sua produção digitalizada a não ser através da disponibilização dos arquivos em PDF no repositório online da universidade. Como consequência a editora não tem como expor os livros acadêmicos digitais como produtos, de modo similar ao que fazem outras editoras e livrarias privadas (e algumas públicas).

A disponibilização dos livros acadêmicos digitais precisa obedecer a princípios indexadores semelhantes aos periódicos acadêmicos, para que possam ser encontrados mediante buscas especializadas de leitores pesquisadores. Assim, mesmo que o livro acadêmico digital não esteja à venda em livrarias virtuais, como fazem as editoras e livrarias comerciais, ele precisa estar disponível e indexado para poder ser encontrado e assim poder de fato propagar o arquivo digital ou disseminar o conhecimento. Está claro que de fato há a potencial difusão social do conhecimento pela editora e não apenas a propagação de arquivos digitais, pois

difundir socialmente não é apenas disponibilizar o conteúdo, mas sem isto a difusão fica muito mais limitada. Admitimos neste momento inclusive que esta pode potencializar aquela, assumindo novamente o livro acadêmico digital como instrumento para tal fim. O processo de difusão social do conhecimento tem um aspecto que é instrumental e operacional, isto não pode ser negado, mas não se resume a isto e nem isto se faz de forma aleatória e aberta, pois, como já assinalamos, há questões de poder, de interesse, de mercado etc.

Assim, percebe-se que as microexpressões das vontades e desejos dos sujeitos envolvidos em todo o processo editorial resultam num possível efeito na missão original de disseminar o conhecimento produzido. As questões financeiras e burocráticas, de poder e desejos variados, assim como as contingências de cunho prático e até cultural parecem afetar todo processo e, também, os resultados nas finalidades do uso do livro acadêmico digital como instrumento de difusão social do conhecimento, que pressupõe um compromisso político assumido enquanto intencionalidade subjacente a todo o processo, com base no qual tudo mais será articulado, gerando um campo potencial de troca, de relação de poder, de negociação. Sem explicitar este aspecto, não se pode falar de difusão social do conhecimento, pois a criação deste campo do conhecimento se erigiu dessa base como contraponto à Gestão Estratégica do Conhecimento, originariamente capitalista e empresarial (LIMA JR; CUNHA, 2010).

Como seria possível dentro deste contexto descrito analisar o livro acadêmico digital como instrumento de difusão social do conhecimento? Cada escolha feita por cada sujeito, que está na posição de escolher em se apropriar ou não um livro acadêmico digital para estudar, pesquisar ou ensinar, afeta o processo de difusão do conhecimento, o que traz questões inevitáveis sobre os interesses subjetivos e também as questões de micropoder na relação entre os sujeitos nestes mesmos processos, que são parte da ideologia institucionalizada aqui descrita. Então, do ponto de vista formal e conceitual, a difusão social do conhecimento já nasce crítica, o que tem a ver com o compromisso político e ideológico de contribuir e instrumentalizar o processo mais amplo de transformação da sociedade capitalista e do modo de produção capitalista, mas se isso se faz pela pretensão de verdades universalizantes e totalizantes das pretensões conceituais, esbarra num impedimento, numa impotência cujos efeitos são o fracasso e a angústia. Para que algo se opere aí, entendemos a Difusão Social do Conhecimento como da ordem do papel inexorável do sujeito.

4.4 CONCLUSÃO

Pensando exclusivamente como instrumento, o livro acadêmico para promover a propagação do conhecimento produzido na universidade sofre das contingências inerentes aos meios instrumentais e à produção editorial comercial num contexto de mercado, como descrito ao longo do artigo. O livro acadêmico impresso na Editora UNEB tem em média uma tiragem de 300 exemplares, sendo que desses, 10% são usados para pagar direitos autorais e mais 78 exemplares são doados ao Sistema de Bibliotecas da Universidade. Os autores podem comprar os livros com 40% de desconto e os livreiros, livrarias e distribuidoras privadas podem pegar livros consignados também com 40% de desconto e outras editoras universitárias associadas a Associação Brasileira de Editoras Universitárias (ABEU) podem fazê-lo com 50% de desconto.

As editoras universitárias públicas não têm como finalidade o lucro e de fato nenhuma delas poderia legalmente vender livros; tal atividade deve ser feita por Fundações com CNPJ próprio ou filial, estas, por sua vez, podem exercer atividade comercial, emitir nota fiscal, aceitar cartões de débito e crédito e enfim gerar receita para sua própria manutenção.

No entanto, ainda que uma editora tenha tal vínculo com uma Fundação, a sua finalidade não seria a venda de livros, mas sim a disseminação do conhecimento, entendido superficialmente como propagação do conhecimento produzido pelos pesquisadores da própria universidade, geralmente concentrados nos programas de pós-graduação *stricto sensu*. Tal visão superficial aponta para o sujeito, levanta uma questão prática que expõe uma contradição sobre este critério operacional, visto que a difusão social do conhecimento pressupõe uma intencionalidade política e ideológica que poderia e deveria, ao menos logicamente, nortear as decisões e funcionamento de qualquer editora pública que se pretenda cumprir um papel no processo de difusão social do conhecimento. Neste sentido, esta perspectiva deveria ser alinhada nos programas de pós-graduação que se vinculam a tais editoras, para que haja coerência entre o que se produz nesses diferentes contextos, mas que fazem interseção neste campo de intencionalidade político-ideológica.

Diante disso o livro acadêmico digital das editoras universitárias parece cumprir a função de propagação da produção acadêmica e científica das universidades, pois fica disponível no repositório online das mesmas. No entanto, o aspecto da difusão social do conhecimento desse mesmo livro acadêmico digital disponibilizado ainda parece escapar no sentido mais profundo ou crítico dado ao termo (LIMA JR; CUNHA, 2010). Ler ou não ler depende, numa primeira instância, do desejo dos sujeitos e não do fato de haver mais livros disponíveis em algum tipo de suporte. Seria ingenuidade considerar que uma nova tecnologia

qualquer induziria a mudança de hábitos dos sujeitos independente de suas vontades e interesses.

Resta de subversão dessa ideologia institucionalizada, que é parte do aspecto formal e instrumental do livro acadêmico digital, o que os sujeitos de fato fazem quando acessam estes arquivos e, assim, pode haver difusão social do conhecimento, na vertente de uma subjetivação, pois só na leitura e apreensão subjetiva pode haver difusão do conhecimento enquanto um processo aberto, dinâmico e relativo.

Se for observada a difusão do conhecimento de uma maneira geral como uma aplicação do livro acadêmico digital, novamente temos um grande potencial advindo da tecnologia digital, mas não necessariamente um fato, apenas um crescimento potencial com sua fácil propagação, do mesmo jeito que o livro impresso desde a época de Gutemberg. A mudança ou ampliação dos tipos de suporte para o texto escrito pode de fato não representar nada, pois ainda se está a elaborar se há ou não impacto nos modos de leitura dos suportes digitais. E, do mesmo modo como Lima Jr (2009, p. 25) critica a suposição de ser mecanicamente revolucionário o papel das Tecnologias da Informação e Comunicação na sociedade, colocamos em questão estes posicionamentos, pois não parece ser a tecnologia em si, como instrumento, que muda a realidade social e humana, individual e coletiva, mas são os próprios sujeitos em seus desejos singulares como uma resposta a tais contextos e conjunturas socioculturais.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado**. Tradução Joaquim José de Moura Ramos. 3. ed. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1980.

DERRIDA, Jacques. **Papel-máquina**. Tradução Evandro Nascimento. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

DERRIDA, Jacques. **Escritura e diferença**. Tradução Maria Beatriz Marques. 3. ed.. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

FERREIRA, Érica Medeiros. **Processos midiáticos: questões sobre a escrita nos suportes impresso e digital**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Faculdade Cásper Líbero, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Tradução Roberto Machado (org.). 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução Carlos Nelson Coutinho. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

HABERMAS, Jurgen. **Técnica e ciência como ideologia**. Tradução Felipe Gonçalves Silva. Lisboa: Edições 70, 2007.

LIMA JR, Arnaud Soares de. **Educação e humanidades**: conhecimento ou saber? Rio de Janeiro: Autografia, 2021.

LIMA Jr. Arnaud Soares de. O impossível da comunicação e a metáfora da linguagem: uma compreensão alternativa da relação entre as Tecnologias de Informação e Comunicação e os Processos Formativos tecida no contexto da prática profissional. *In*: AMORIM, Antonio; LIMA Jr, Arnaud Soares de; MENEZES, Jaci. **Educação e Contemporaneidade**: processos e metamorfoses. Rio de Janeiro: Quartet, 2010.

LIMA Jr. Arnaud Soares de (org). **Educação e Contemporaneidade**: contextos e singularidades. Salvador: EDUNEB/EDUFBA, 2012.

LIMA JR., Arnaud; CUNHA, Francisco. Por uma perspectiva crítica da análise cognitiva de processos de aprendizagem a partir das redes sociais. *In*: AMORIM, Antonio; LIMA Jr, Arnaud Soares de; MENEZES, Jaci. **Educação e Contemporaneidade**: processos e metamorfoses. Rio de Janeiro: Quartet, 2010.

LIMA JR, Arnaud; ALMEIDA, Djalma. O processo de pesquisa em educação e humanidades: uma démarche entre Metodologia e Método. *In*: LIMA JR, Arnaud; ANDRADE, Dídima; ALMEIDA, Djalma; ABREU, Roberta. **Paisagens de sentido**: contemporaneidade, educação e subjetividade. Curitiba: CRV, 2019.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. Tradução Edgard Malagodi. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultura, 1987.

SCHAFF, Adam. **A sociedade informática**: as consequências da segunda revolução industrial. 4. ed. Tradução Carlos Eduardo Machado, Luiz Arturo Obojes. São Paulo: Editora da Universidade Paulista, 1995.

MINI CURRÍCULO E CONTRIBUIÇÕES AUTORES

| | |
|-------------------------|---|
| TÍTULO DO ARTIGO | O LIVRO ACADÊMICO DIGITAL COMO INSTRUMENTO DA DIFUSÃO SOCIAL DO CONHECIMENTO |
| RECEBIDO | 14/11//2022 |
| AVALIADO | 19/11/2022 |
| ACEITO | 03/12/2022 |

| AUTOR 1 | |
|---------------------------------|--|
| PRONOME DE TRATAMENTO | Prof. Dr. |
| NOME COMPLETO | Arnaud Soares de Lima Jr. |
| INSTITUIÇÃO/AFILIAÇÃO | Universidade do Estado da Bahia - UNEB |
| CIDADE | Salvador |
| ESTADO | Bahia |
| PAÍS | Brasil |
| ID ORCID | https://orcid.org/0000-0003-4028-8013 |
| RESUMO DA BIOGRAFIA | Doutor em Educação pela Universidade Federal da Bahia – UFBA. Psicanalista do Instituto Freudiano e Clínica Psicanalítica – (IFCP) / UNEB. Professor Pleno da UNEB. |
| AUTOR 2 | |
| PRONOME DE TRATAMENTO | Prof. Dr. |
| NOME COMPLETO | Djalma Fiuza Almeida |
| INSTITUIÇÃO/AFILIAÇÃO | Universidade do Estado da Bahia - UNEB |
| CIDADE | Salvador |
| ESTADO | Bahia |
| PAÍS | Brasil |
| ID ORCID | https://orcid.org/0000-0003-4991-0358 |
| RESUMO DA BIOGRAFIA | Doutor em Educação e Contemporaneidade pelo Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEDUC-UNEB). Professor do DCET I - UNEB. |
| AUTOR 3 | |
| PRONOME DE TRATAMENTO | Prof. |
| NOME COMPLETO | Fabiano Viana Oliveira |
| INSTITUIÇÃO/AFILIAÇÃO | Universidade do Estado da Bahia - UNEB |
| CIDADE | Salvador |
| ESTADO | Bahia |
| PAÍS | Brasil |
| ID ORCID | https://orcid.org/0000-0001-6439-4027 |
| RESUMO DA BIOGRAFIA | Doutorando em Educação e Contemporaneidade do Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEDUC) - Departamento de Educação - DEDC / Campus I / Universidade do Estado da Bahia - UNEB. |
| CONTRIBUIÇÃO DO AUTOR NO ARTIGO | Todos os autores contribuíram na mesma proporção. |

| | | |
|---|----|--|
| Endereço de Correspondência dos autores | de | Autor 1: soares.arnaud@gmail.com Autor 2: djalmafiuza@gmail.com Autor 3: faviana@uneb.br |
|---|----|--|